



E Macro

TRANSFORMAÇÃO

# Sines quer apostar na logística e no digital – sem perder a energia

Apesar dos novos investimentos previstos em centros de dados e plataformas comerciais, o principal hub do País aposta em manter a vocação energética. E ninguém quer ouvir falar em “elefantes brancos”

Texto **Paulo Zacarias Gomes** Fotografia **Marcos Borga**



**O**s navios movem-se lentos no horizonte. Na varanda da sede do porto, virada ao mar, José Luís Cacho aponta para o barco atracado no terminal de contentores. Foram embarcações como aquela que, no ano passado, deixaram, em Sines, mais de metade das mercadorias e da carga contentorizada que foram processadas por via marítima no País. E, mesmo com a pandemia a afetar o comércio internacional, a atividade do porto de águas profundas cresceu 1 por cento. Um “sinal de grande resiliência”, nota o responsável da administração da principal porta comercial de Portugal para o Atlântico.

Ponto de acesso às grandes rotas de comércio internacional e a mercados com elevado potencial de crescimento, o porto ainda é a principal âncora daquela região do Litoral Alentejano. E isso reflete-se nas obras ali em curso. O molhe leste, obra pública, volta a crescer para acompanhar a duplicação do Terminal XXI, plataforma de contentores gerida pelo privado PSA Sines. Em terra, para responder ao aumento de tráfego que aí virá, a plataforma ferroviária está a ser ampliada para acolher comboios mais extensos e a sinalização da linha está a ser modernizada.

Mesmo os anúncios recentes de novas intervenções para lá do porto (*ver infografia nestas páginas*) não deixam de lhe

estar ligadas, como a modernização da ligação ferroviária de Sines à Linha do Sul, 85% paga por fundos europeus. Somada à construção do troço Évora-Elvas, vai ajudar a encurtar a ligação de mercadorias à fronteira em 140 quilómetros e alimenta a esperança do regresso do transporte de passageiros. Na rodovia, prevê-se aumentar a capacidade do IP8, para ligar à A2 em perfil semelhante ao de autoestrada. A obra, que foi interrompida em 2011 por falta de dinheiro, será agora retomada com 60 milhões de euros totalmente suportados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, aprovado em junho por Bruxelas.

Ambos os investimentos aproximarão as mercadorias de Sines das plataformas



### Simbolo de uma transição

Começou a funcionar em 1985, chegou a fornecer um terço da eletricidade do País e fechou, antes do prazo, por causa das alterações climáticas e também porque deixou de ser rentável. Agora, nas imediações da central a carvão da EDP, projetam-se centros de dados e investimentos em hidrogénio verde

logísticas europeias, para poder realizar mais tráfego com o hinterland (destinos dentro de Portugal e Espanha) a partir de uma estrutura historicamente vocacionada para o transbordo marítimo (transshipment), além de abrir espaço para novas atividades. E para o futuro de Sines.

### ORIGENS NO PETRÓLEO, FUTURO NO AGRONEGÓCIO?

A partir do porto, o maior hub energético do País começou a ser criado há quase 50 anos, primeiro em torno da indústria do petróleo, juntando-se depois a petroquímica e a produção de eletricidade. Do terminal de granéis líquidos flui crude para a refinaria local, hoje a única em território nacional, que envia depois produtos refinados por oleoduto até Aveiras; por mar chega uma quantidade correspondente a mais de 90% do gás natural consumido no País, sendo transformado em Sines e enviado para a rede ibérica de gás em Setúbal; a indústria petroquímica fornece produtos-base para as indústrias do plástico, moldes e componentes automóveis e aeronáuticos; e um terço da eletricidade nacional chegou a sair daqui nos anos 90, da central termoelétrica a carvão que a EDP encerrou em janeiro.

“Porque é que este hub energético e logístico é importante para nós? Porque somos um país periférico. E se não tivermos ligações diretas aos mercados terceiros que otimizem as nossas importações e potenciem as nossas exportações, temos dificuldades”, justifica Filipe Costa. Para o CEO da AICEP Global Parques, empresa pública que gere a zona industrial e logística de Sines (ZILS), hoje ocupada a 70%, é precisamente pela logística que passa parte do futuro imediato da região. A empresa reservou 269 hectares do parque para responder não só às necessidades da ampliação do terminal de contentores, mas também do futuro terminal multipurpose, que vai surgir no local onde antes se descarregava o carvão para a central. Fica assim aberto o espaço para novas atividades como o agronegócio, o transporte de veículos ou novos projetos industriais e logísticos que potenciem a carga local.

“Estamos numa região, o Alentejo, com grande potencial e projetos muito

significativos e onde podemos ajudar na exportação”, descreve José Luís Cacho. Um dos cenários possíveis para o terminal, que vai a concurso no próximo ano, é permitir um hub industrial e de transbordo das exportações brasileiras de milho, soja ou carne para a Europa, Médio Oriente e África, além de ponto de saída de produtos agrícolas do Alqueva e da Extremadura, equacionando-se mesmo uma solução integrada com o aeroporto de Beja. “Há interesse de empresas brasileiras. Demora o seu tempo e a sua maturidade, mas nós estamos a olhar para o futuro”, defende o presidente do porto.

Outro equipamento que daria ainda mais massa crítica à vocação logística de Sines é o futuro terminal Vasco da Gama, cujo concurso para construção e exploração ficou deserto em plena pandemia. O Governo e o porto têm estado a redimensionar o projeto (que duplicaria, para quatro milhões de contentores, a capacidade final do Terminal XXI), a ajustá-lo às condições de concorrência e a flexibilizar o investimento inicial para atrair mais interessados. Ao fecho desta edição, o Ministério das Infraestruturas esperava ter as bases da concessão alteradas ainda em junho para relançar o concurso. “Com o [terminal] Vasco da Gama, olhamos para depois de amanhã. Nos próximos cinco a dez anos, o crescimento está assegurado, mas temos de pensar mais para a frente, numa região onde se movimentam mais de 14 milhões de contentores, entre Sines, Tãnger, Valência, Algeciras e Barcelona”, diz José Luís Cacho.

### INVESTIMENTOS “TODOS OS MESES”

A pandemia pausou ou obrigou a reorganizar parte dos 3,5 mil milhões de euros previstos em investimentos para o município antes da crise de saúde pública, não só nas áreas fortes da energia e da petroquímica, mas também na hotelaria. Através, por exemplo, a construção de três dos quatro hotéis previstos para Sines e Porto Covo. Quando estiverem prontos, daqui a dois anos, prometem duplicar a capacidade de alojamento do concelho – de 900 para 1 800 camas. “Em todo o caso, estão a surgir outros investimentos com que não contávamos”, sublinha o presidente da câmara municipal.



**Sines tem condições para liderar a transição energética e digital e para continuar a ser um grande hub energético internacional”**

**Filipe Costa**

CEO da AICEP Global Parques



## E Macro

À secretária de Nuno Mascarenhas, garante o autarca socialista candidato a um terceiro mandato, chegam “todos os meses” novas propostas que vão da piscicultura (como aquela empresa norueguesa que quer produzir salmão onshore com recurso a energia solar) à montagem de equipamentos agrícolas, passando pelo famigerado hidrogénio verde, que recentemente tropeçou na saída de cena da Galp e EDP do consórcio promotor (*ver caixa*).

Os novos investimentos previstos para o concelho nos próximos cinco anos, que Mascarenhas contabiliza agora em cinco mil milhões de euros, serão essenciais para transformar, recuperar e criar novos postos de trabalho. Como os 500 empregos diretamente afetados pelo fecho da central a carvão da EDP, e que o autarca admite que possam ser parcialmente absorvidos por novas obras, caso da ampliação do atual terminal de contentores, ou por projetos mais sofisticados, caso dos centros de dados, que precisarão de especialistas em sistemas de refrigeração.

### APANHAR O COMBOIO DAS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS

A presença no concelho de três das maiores exportadoras do País (Petrogal, EDP e Repsol Polímeros) contribuiu para que, em 2017, Sines fosse o sexto município com o maior poder de compra *per capita*, 28,74% acima da média nacional. À conta disso, o PIB do Alentejo Litoral em paridade do poder de compra (30,8 mil euros) estava, em 2019, acima da média nacional, só superado pela Área Metropolitana de Lisboa.

Também isso faz com que este hub esteja, como poucos, no centro das transições gémeas, a energética e a digital, aceleradas pela pandemia, e que trazem exigências acrescidas de transformações no emprego. No ano passado, o concelho alojava os dois maiores emissores de dióxido de carbono do País – a refinaria de Sines e a já desativada central a carvão –, além da Repsol Polímeros, que era a 11<sup>a</sup> na mesma lista do comércio europeu de licenças de emissão (CELE). Todas elas anunciaram ou começaram mesmo a sua transformação.

Aos investidores, a Galp disse querer otimizar e transformar gradualmente a refinaria “num centro de energia verde”, recorrendo ao hidrogénio para produzir

## Mão-cheia de investimentos apontada para Sines

*Da energia às telecomunicações, passando pelos transportes e logística, a próxima década acena com milhares de milhões de euros em projetos e obras para um território onde funcionam um porto de águas profundas e a única refinaria de petróleo do País. E, em plenas transições digital e verde, propõem-se centros de dados e de produção de hidrogénio, onde até há poucos meses se queimava carvão*





combustíveis sintéticos, cortar a meta-de as emissões na próxima década face a 2017, além de produzir biocombustíveis avançados para a aviação e uso rodoviário. O complexo da Repsol Polímeros quer transformar-se num *hub* multienergético, para gerar produtos com pegada de carbono baixa, nula ou até negativa, e impulsionar novos modelos de negócio baseados na digitalização e tecnologia, diz fonte da empresa à EXAME.

Junto à central a carvão da EDP, que será desmantelada e demolida até 2025, está a preparar-se o maior investimento dos últimos anos. O megacentro de dados Sines 4.0 vai aproveitar para refrigeração as infraestruturas de entrada e rejeição de água do mar libertadas pela central elétrica e quer ser ambientalmente neutro. Projeto de potencial interesse nacional (PIN), é promovido pela anglo-americana *start campus*, que propõe gastar 3,5 mil milhões de euros na construção de cinco edifícios de centros de dados, para fornecer um total de 450 MW de energia aos servidores.

Afonso Salema, diretor-geral da *start campus*, confirma à EXAME que o megacentro, numa área de 59,4 hectares, está em fase de licenciamento, devendo o primeiro edifício ser inaugurado no final do ano que vem. O objetivo é competir com outros centros semelhantes do Norte da Europa e captar clientes internacionais fornecedores de serviços como streaming, comércio eletrónico ou gaming. O dinheiro gasto pela empresa na reserva de terrenos para a construção – umas “centenas de milhares de euros” – é, para o presidente da câmara, sinal de uma “intenção credível” de investimento. A expectativa é a de que aquilo que trouxe a *start campus* até Sines possa, em breve, atrair novas empresas promotoras de centros de dados e criar um cluster na região, trazendo outras firmas e trabalhadores especializados.

#### O CABO QUE LIGA AO FUTURO. E AO OUTRO LADO DO MAR

Antes de chegar à presidência executiva da AICEP Global Parques, em 2018, Filipe Costa esteve como delegado da AICEP em São Francisco, nos Estados Unidos da América. Depois do que viu pela Califórnia, diz que, quando aqui chegou, percebeu que “a zona tinha tudo o que era preciso” para



## E Macro

## H2SINES: CONSÓRCIOS À PARTE, GOVERNO DIZ QUE HIDROGÉNIO SE MANTÉM

Enquanto a Galp se virou para dentro e a EDP analisa outros projetos, o Ministério do Ambiente diz que a ideia da megafábrica não morreu

H2Scale. Green Flamingo. H2Sines. Desde há ano e meio, quando se anunciou a ideia de uma megacentral para produzir e exportar hidrogénio verde de Sines para os clusters químicos do Norte da Europa, não foram só as designações que mudaram: os contornos da iniciativa também. Formaram-se grupos, assinaram-se protocolos, alinharam-se consórcios. O mais recente – com EDP, Galp, REN, Martifer, Vestas ou Engie – parece ter-se esborado em poucas semanas, com a saída das duas primeiras empresas. Ainda assim, o Governo não vê que o projeto esteja em causa. As dificuldades de transporte do hidrogénio, obtido a partir de fontes renováveis, tornam mais provável o seu consumo próximo da fonte – ou seja, no próprio parque industrial em Sines – em detrimento da exportação. É o que fará a Galp, que formalizou a saída do consórcio em junho e quer agora internalizar a produção daquele gás renovável na sua refinaria de Sines, para substituir o hidrogénio “cinzento” obtido do gás natural. O investimento, estimou o CEO Andy Brown à Reuters, pode chegar a mil milhões de euros para 1 GW de capacidade máxima. Já a elétrica presidida por

Miguel Stilwell d’Andrade, que decidiu alocar futuros investimentos nesta área “a outros projetos”, está a analisar duas dezenas de oportunidades em várias geografias. Mas Sines não está fora da equação, com a energética aberta a avaliar todas as potenciais oportunidades de investimento em projetos, incluindo no hidrogénio verde. E fonte da REN diz à EXAME que nunca esteve previsto entrar na produção daquele gás a uma escala industrial e que a sua intervenção se limitaria ao transporte e armazenagem. Mas admite vir a participar na exportação, através do terminal de Sines, o que exigiria investimentos na adaptação e numa eventual expansão.

### MÃO-CHEIA DE PROJETOS

À EXAME, o Ministério do Ambiente considera que as alterações no consórcio para o H2Sines são “irrelevantes” desde que – e assegura ter informação nesse sentido – o projeto se mantenha: “Sines será, como previsto, um hub muito importante para o hidrogénio”. À EXAME, o Ambiente contabiliza o H2Sines nos seis que diz estarem previstos para Sines, incluindo o da Fusion Fuel. Filipe Costa, CEO da

AICEP Global Parques (empresa que gere a zona industrial e logística gerida pela empresa em Sines) anunciou recentemente numa conferência o arranque de projetos de amónia verde e de hidrogénio, domínios em que a Fusion Fuel opera. Mas não desvendou nomes. Quem também não está preocupado com os vaivéns no H2Sines é José Luís Cacho. “São processos novos, faz parte. São coisas que têm de começar a ser trabalhadas hoje para terem resultados em 10 ou em 15 anos”, diz o presidente do Porto de Sines. O presidente da Câmara acompanha o raciocínio. Nuno Mascarenhas diz que já esperava a desagregação do consórcio e que até fica “um pouco mais descansado”, já que os outros projetos em estudo, de menor dimensão, também permitem exportar e não são tão exigentes do ponto de vista energético como previa o H2Sines. Em junho, Bruxelas aprovou um projeto de investigação da EDP Inovação e parceiros como o INESC TEC, para testar a viabilidade de produção de hidrogénio verde com um eletrolisador de 100 MW, que poderá receber um subsídio de 30 milhões de euros, segundo o Público.



fazer surgir em Sines o vetor digital, complementar à logística: terrenos livres, água para refrigeração, fornecimento abundante de eletricidade verde a custos competitivos, infraestruturas de telecomunicações e de transmissão elétrica de alta tensão, além do previsto acesso a cabos de fibra ótica internacionais de alta capacidade.

O primeiro a enquadrar-se nesta visão foi o EllaLink, cabo ótico submarino transatlântico de alta capacidade e baixa latência que parte da América Latina (Fortaleza, no Brasil) para amarrar em Sines. O cabo, pioneiro na região, custou 150 milhões de euros e chegou à boleia das boas condições da zona e do crescente tráfego mundial de dados, nomeadamente atividades como a cloud ou serviços financeiros, que exigem latências mais baixas.

“A EllaLink é importante porque traz para Portugal uma série de oportunidades de conectividade, melhoria de serviços e desenvolvimento regional”, além de “marcar o início da criação de um novo hub internacional de telecomunicações em Portugal”, considera Vincent Gatineau, responsável de marketing e vendas daquela empresa, em respostas por escrito à EXAME. “Vamos a chegada do Sines 4.0 como um ex-



### Um oceano de dados

O megacentro da start campus é um dos maiores investimentos previstos para a área da digitalização, onde já chegou o cabo submarino da EllaLink. Também no mar, mas à espera de redefinição, está o futuro terminal Vasco da Gama, cujo concurso ficou deserto



celente exemplo de como a EllaLink já está a atrair novas oportunidades para Sines”, acrescenta.

Se os contactos do último ano e meio com grandes multinacionais do digital tiverem êxito, novos centros de dados e cabos submarinos podem vir para Sines, em alternativa a pontos já saturados de entrada de cabos em Portugal, como Carcavelos, Seixal e Sesimbra. Autarquia, EllaLink e gestora do parque esperam atraí-los para os 173 hectares do Sines Tech Innovation Hub, um conjunto de terrenos ainda vazios ao lado da estação terrestre do cabo, apesar dos dois contactos prospetivos que já foram feitos. Projetos como o hidrogénio verde ou a comunidade de energias renováveis no Litoral Alentejano, que junta a zona industrial, a cidade e o porto, podem dar um contributo acrescido à estratégia de atração, ajudando a baixar ainda mais o custo da energia usada por estes equipamentos.

Mas a vocação histórica de Sines para a energia, refinação e petroquímica não acabará num dia, para que um mundo digital

e de pegada carbónica neutra a substitua no dia seguinte. “Não vejo umas indústrias como excluindo as outras. O digital aproveita a existência de intensidade energética, tal como a refinação, a petroquímica e a portuária estavam a procurar a digitalização. Sines tem condições para liderar a transição energética e digital e para continuar a ser um grande hub energético internacional”, afirma o CEO da AICEP Global Parques.

Ainda em junho, a empresa contratou uma nova entrada na ZILS, uma fábrica de conversão de pneus usados que criará 40 empregos para a economia circular. E, à medida que forem desbloqueadas mais áreas para novos investimentos e aumentar a procura de mão de obra – só a construção do Sines 4.0 deverá empregar 2 700 trabalhadores –, outra frente, a da habitação, vai ter de responder. Nuno Mascarenhas garante que, a sul e a norte da cidade, há zonas preparadas para albergar alguns milhares de novos habitantes, mas reconhece que a procura crescente está a gerar “al-



guma especulação” no imobiliário, num concelho com 14 mil habitantes. “Numa hasta pública recente, vendemos lotes para moradias com valores absolutamente in-críveis, que quase duplicaram o valor de há um ano e meio. Um lote de 600, 700 metros quadrados chegar aos 170 mil euros é algo interessantíssimo”, diz o autarca à EXAME, prometendo pôr no mercado mais lotes para moradias e prédios.

### A MEMÓRIA DO ELEFANTE

Com tantos investimentos anunciados de supetão e alguns pontos de interrogação que já se levantam, não virá o risco de assistirmos, com a transição energética e digital, a um “elefante branco versão 2.0”, como Sines chegou a ser apelidada nos anos 80, depois de a crise energética tirar o tapete ao grande projeto portuário e industrial desenhado para o território? Filipe Costa recorre à importância da refinaria e do complexo petroquímico para a economia e para a indústria, para rejeitar aquela definição, que resume a uma questão “comunicacional”. Embora a zona industrial e logística possa parecer longe de estar preenchida ao visitante ocasional, o gestor do parque diz que os terrenos estão ocupados a 70% e que aquela perceção se deve às distâncias de segurança entre instalações industriais e ao “bom trabalho com as áreas verdes e com as cortinas arbóreas”.

“O que aconteceu em Sines com os contentores contraria essa ideia do ‘elefante branco’”, refuta, por seu lado, José Luís Cacho. Recordando o percurso de crescimento do terminal nos últimos anos, o presidente do porto argumenta que o novo plano estratégico está exatamente à procura de novas oportunidades e áreas de negócio que permitam adaptar a infraestrutura à nova economia, além de atrair novas cargas que permitam a sua sustentabilidade.

“Para acontecerem, estas coisas têm de ser trabalhadas muito antecipadamente”, justifica o responsável. Como se, sabendo que o futuro vem a caminho e não é tão lento como um elefante ou impercetível como o movimento dos navios no horizonte, Sines estivesse a preparar-se para a sua chegada. Resta saber se o futuro atraca ali, ou se passa ao largo, como tantos outros investimentos anunciados no País, nas últimas décadas. **E**

## “EMPAREDADA” ENTRE A PANDEMIA E A TRANSIÇÃO

Fábrica de placas de gesso foi das primeiras a terem de se adaptar às consequências da transição energética. Queixa-se das condições em Sines e está a internacionalizar-se

Desde 2014, a Gypfor investiu 20 milhões de euros numa fábrica de placas de gesso para construção em Sines, que era alimentada pelos desperdícios da central termoelétrica a carvão da EDP. Mas o fecho antecipado do maior poluidor do País, em 2020, obrigou a empresa com 70 trabalhadores a ativar cinco anos mais cedo o “plano b” e a procurar matéria-prima no estrangeiro.

“Quando viemos já sabíamos que a central estaria a prazo, mas era outro: 2025, com possibilidades de extensão. Passámos um ano psicologicamente horrível, a perceber que a central está a fechar, que vem a pandemia; o porto a aumentar preços, as cadeias logísticas a desmontarem-se, os preços dos contentores a disparar”, desabafa Pedro Jordão, fundador da empresa que exporta 70% da produção, sobretudo para Espanha e Reino Unido. Apesar disso, o ano fechou com vendas ao nível de 2019. Não houve redução de pessoal nem layoff e os salários foram assegurados sem recurso a apoios, procurando novos mercados. O empresário, que tem sido uma voz crítica das condições da zona industrial de Sines, repete o rol à EXAME: “Isto é badalado no mundo inteiro como um sítio fantástico, com comboio, hidrogénio, porto, autoestrada. E depois, o que tem? Rigorosamente nada. A parte industrial com milhares de hectares, abandonada, mal infraestruturada, estupidamente cara, o que afasta qualquer possibilidade de alguém se instalar aqui.”

O mesmo gestor que rejeita o recurso a auxílios diz, por outro lado, ter tido “zero atenção” da AICEP Global Parques durante a pandemia, nomeadamente ao nível das rendas. Uma crítica rebatida

pelo CEO da empresa pública que gere a zona industrial: “Fizemos diferimento de rendas e acordos de pagamento nos quais as empresas demonstraram financeiramente essa necessidade. Mas não neste parque, porque nenhuma das empresas o demonstrou, de acordo com os critérios que estabelecemos”, garante Filipe Costa.

### DERRUBAR MUROS

Entretanto, a Gypfor está a investir numa fábrica no estrangeiro, “num país onde os salários custam mais do dobro de Portugal, mas onde a logística do gesso é mais barata”, avança o empresário. A unidade começará a funcionar ainda em 2021, servindo “o maior mercado de placas de gesso na Europa”, sem especificar a localização. Em Sines, onde o contrato de ocupação do terreno termina em 2025, a atividade “da empresa não está ameaçada”. E, mais do que ajudas, Pedro Jordão pede melhores condições: “Aqui, os trabalhadores pagam IRS ao nível de Lisboa, mas não têm transporte público para virem para a fábrica. Comprar uma casa custa uma fortuna, as pessoas têm de ir viver a 30 ou 40 quilómetros daqui.” O responsável admite que já lhe passou pela cabeça o cenário de transferir toda a atividade para o estrangeiro, mas garante que não é esse o objetivo. “A empresa está madura, entrou num ciclo de gestão de pormenor, de otimização de rentabilidade. Está a investir no futuro, a internacionalizar-se.” E, depois de todas as críticas, pede: “Não gostava que a imagem que passa fosse a do empresário que só se queixa em Portugal. Eu não quero ter essa conotação.”



MARCOS BORGIA